

O pioneirismo da pós-graduação agrária na UFV e suas contribuições na *revolução verde* brasileira (1958-1973)

Denilson Santos de Azevedo*

Resumo:

O artigo aborda o papel da Universidade Federal de Viçosa (UFV) na disseminação de novas sementes e práticas agrícolas, financiadas por fundações estadunidenses, na chamada *revolução verde*, que marcou o processo de modernização da produção agrícola no Brasil, por meio da criação de programas stricto sensu na área de ciências agrárias, em 1961, na então Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), hoje UFV e dos antecedentes e indícios que denotam o protagonismo do Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia (PPGFIT) desta instituição de ensino superior agrária brasileira, no sentido de disseminar saberes relacionados ao aumento da produção e da produtividade de algumas culturas agrícolas, como a soja e o milho. A análise destes antecedentes e indícios se fez a partir da consulta de documentos primários, como os acordos firmados entre os governos brasileiro e norte-americano e outros órgãos e instituições envolvidos, do relato de sujeitos que vivenciaram esta época na UREMG/UFV, além de dissertações, teses, livros e artigos que abordam o contexto da *Guerra Fria* (1945-1990) e a atuação de diferentes instituições nacionais e norte-americanas, sobretudo da Universidade de Purdue e das Fundações Ford e Rockefeller, a partir da década de 1950 até a década de 1970, no sentido de criar condições financeiras, acadêmicas e técnicas para a transferência e irradiação deste ideário produtivo na agricultura brasileira.

Palavras chave: ciências agrárias, pós-graduação, revolução verde, universidade

* Doutor em História da Educação e Historiografia pela Universidade de São Paulo. Professor Associado IV do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa (UFV). e-mail: dazevedo@ufv.br

El pionerismo de los estudios agrarios de posgrado en la UFV y sus contribuciones a la *revolución verde* brasileña (1958-1973)

Resumen:

El artículo aborda el papel de la Universidad Federal de Viçosa (UFV) en la difusión de nuevas semillas y prácticas agrícolas, financiadas por fundaciones estadounidenses, en la llamada *revolución verde*, que marcó el proceso de modernización de la producción agrícola en Brasil, mediante la creación de programas stricto sensu en el campo de las ciencias agrarias, en 1961, en la entonces Universidad Rural del Estado de Minas Gerais (UREMG), hoy UFV y los antecedentes e indicios que denotan el protagonismo del Programa de Postgrado en Fitotecnia (PPGFIT) de esta institución de educación superior agraria brasileña, con el fin de difundir el conocimiento relacionado con el aumento de la producción y la productividad de algunos cultivos agrícolas, como la soja y el maíz. El análisis de estos antecedentes e indicios está basado en la consulta de documentos primarios, como los acuerdos firmados entre los gobiernos brasileño y estadounidense y otras agencias e instituciones involucradas, el relato de sujetos vinculados en este momento a la UREMG / UFV, tesis de maestría y doctorado, libros y artículos que aborden el contexto de la Guerra Fría (1945-1990) y el desempeño de diferentes instituciones nacionales y norteamericanas, especialmente la Universidad de Purdue y las Fundaciones Ford y Rockefeller, desde la década de 1950 hasta la década de 1970, para crear condiciones financieras, académicas y técnicas para la transferencia e irradiación de este ideario productivo en la agricultura brasileña.

Palabras clave: ciencias agrarias, posgrado, revolución verde, universidad

**The pioneerism of agrarian postgraduate studies
at UFV and its contributions to the Brazilian
green revolution (1958-1973)**

Abstract:

The article approaches the role of the Federal University of Viçosa (UFV) in the dissemination of new seeds and agricultural practices, funded by US foundations, in the so-called *green revolution*, which marked the process of modernization of agricultural production in Brazil, through the creation of stricto sensu programs in the field of agrarian sciences, in 1961, at the then Rural University of the State of Minas Gerais (UREMG), today UFV and the antecedents and indications that denote the protagonism of the Postgraduate Program in Phytotechnics (PPGFIT) of this institution of Brazilian agrarian higher education, in order to disseminate knowledge related to the increase of production and productivity of some agricultural crops, such as soybean and corn. The analysis of these antecedents and indications was based on the consultation of primary documents, such as the agreements signed between the Brazilian and US governments and other agencies and institutions involved, on the report of subjects who experienced this time at UREMG / UFV. dissertations, theses, books and articles that address the Cold War context (1945-1990) and the performance of different national and North American institutions, especially the Purdue University and the Ford and Rockefeller Foundations, from the 1950s until the 1970s, in order to create financial, academic and technical conditions for the transfer and irradiation of this productive idea in Brazilian agriculture.

Key words: agrarian sciences, postgraduate studies, green revolution, universidade

Introdução

O artigo aborda o papel da Universidade Federal de Viçosa (UFV), na chamada *revolução verde*¹, que marcou o processo de modernização da produção agrícola no Brasil, por meio da criação de programas stricto sensu na área de ciências agrárias, em 1961, na então Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (URE-MG), hoje UFV e dos antecedentes e indícios que denotam o protagonismo do Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia (PP-GFIT) desta instituição de ensino superior agrária brasileira, no sentido de disseminar saberes e valores relacionados ao aumento da produção e da produtividade de algumas culturas, sobretudo do milho e da soja.

A curiosidade a respeito desta problemática surgiu durante uma visita, promovida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), de avaliação de reconhecimento do curso de licenciatura em História realizada, no final de 2014, na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), que funciona no Campus de Barreiras, cidade do estado da Bahia, que sedia importante polo agropecuário e urbano de um conjunto de cidades circunvizinhas que compõe a maior fronteira agrícola do Nordeste, nos últimos anos.

Durante esta avaliação, fui apresentado a um então gestor da UFOB, docente da área de ciências agrárias, que ao saber sobre a instituição na qual ainda atuo profissionalmente, começou a narrar suas reminiscências sobre o período em que lá esteve como graduando e pós-graduando, informando que naquele momento todos os docentes dos cursos de Agronomia e Veterinária da UFOB passaram pela UFV, seja como estudantes de graduação, de pós-graduação ou de ambos. Esta observação me despertou atenção, tendo em vista a distância entre Barreiras e Viçosa (cerca de 1500 km) e a proximidade deste município baiano de outros grandes centros urbanos nordestinos.

¹ A chamada *Revolução Verde* refere-se a um programa de disseminação de novas sementes e práticas agrícolas, financiado por fundações estadunidenses, a partir da década de 1950 nos Estados Unidos e na Europa e, nas décadas seguintes, em outros países.

Esta assertiva também me remeteu a uma frase do ex-político mineiro (1931-2011) e então vice-presidente do Brasil (2003-2011) José de Alencar Gomes da Silva, que em 19 de março de 2009 manifesta quando da visita do então reitor da UFV, ao seu gabinete na vice-presidência da República: “Reitor, eu sempre falo com o presidente Lula e por onde ando por esse mundo; que a agricultura brasileira tem sol, terra, Embrapa [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária] e a UFV”². Estes depoimentos me estimularam a buscar as origens do prestígio desta instituição, no que se refere ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.

Assim, a análise dos antecedentes e indícios deste reconhecimento presente se fez a partir da consulta de documentos primários, como os acordos firmados entre os governos brasileiro e norte-americano e outros órgãos e instituições envolvidos, do relato de sujeitos que vivenciaram esta época na UREMG/UFV, além de dissertações, teses, livros e artigos que abordam o contexto da *Guerra Fría* (1945-1990) e a atuação de diferentes instituições nacionais e norte-americanas, sobretudo da Universidade de Purdue e das Fundações Ford e Rockefeller, a partir da década de 1950 até a década de 1970.

Desse modo, a delimitação temporal deste artigo será feita a partir do ano de 1958, quando ganham impulso efetivo os acordos e convênios entre governos, agências de fomento e instituições de ensino e pesquisa norte-americanas e brasileiras, no sentido de criar condições financeiras, acadêmicas e técnicas para transferência e irradiação deste ideário produtivo na agricultura brasileira, até o ano de 1973, quando este processo declina, sofre uma inflexão.

Já a demarcação espacial se fará a partir de uma breve análise histórica do papel da atual Universidade Federal de Viçosa desde os seus primórdios, enquanto escola superior isolada estadual na década de 1920, até sua transformação em universidade estadual rural, em 1948, e sua trajetória institucional como meio para entender

² Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?cod-Not=8581&link=portal>. Acesso em 31 de março de 2020.

O pioneirismo da pós-graduação agrária na UFV

o seu pioneirismo no Brasil, na criação e desenvolvimento dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em ciências agrárias, no início da década de 1960, abordando, particularmente, alguns indicadores apresentados pelo Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia (PPGFIT) da UFV.

A UREMG e seus antecedentes

A escolha da UREMG/UFV como uma das instituições chave no processo de disseminação e modernização da produção agrícola de matriz norte-americana, não foi aleatória. Inaugurada em 1926, com o nome de Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (ESAV), a atual UFV foi instituída nos moldes dos *Land Grant Colleges* americanos, fundamentados na trilogia do ensino, da pesquisa e da extensão, direcionados para os problemas da agricultura e dos agricultores e que tanto êxito econômico obtivera no sul e meio oeste dos Estados Unidos (EUA), mormente a partir da década de 1880, com o intuito de incrementar a policultura em Minas, numa conjuntura de crise da política econômica oligárquica na denominada *República do café com Leite* (1889-1930).

Para isto, a ESAV contou, entre fevereiro de 1921 e fevereiro de 1929, com a colaboração de um especialista norte-americano, o Dr. Peter Henry Rolfs, *Doctor of Science* e ex-diretor do *Florida Agricultural College*, “para determinar o lugar, superintender a organização, esboçar os trabalhos e, finalmente ser o Diretor dum estabelecimento de ensino agrícola semelhante aos seus congêneres do meu país” (Rolfs, 1928, p. 16). A adoção desse modelo na ESAV “constituiu-se como uma das raras exceções ao predomínio do ensino acadêmico, bacharelesco, que ainda vigorava na maioria dos estabelecimentos de ensino superior brasileiros da época” (Autor, 2005, p. 63).

Este modelo de escola agrícola voltado para incrementar a produção agrícola regional, foi muito bem aceito pela população dos estados que o implantou, por trazer grandes benefícios econômicos e sociais, em função das atividades de ensino, pesquisa e,

sobretudo, extensão prestadas às comunidades que muito contribuiu para a difusão de uma agricultura de base científica, com melhores técnicas de produção agrícola.

Durante esta fase da escola superior isolada (1926-1948), a instituição contou em seus quadros com outros professores norte-americanos e com brasileiros que lá se graduaram, além de contar com outro diretor norte-americano, John Benjamin Griffing, que exerceu esta função entre dezembro de 1936 e julho de 1939. Foi nesta gestão, a partir de 1937, que o governo mineiro passou a garantir a liberação, em fluxo contínuo, de dois docentes para treinamento de pós-graduação nos EUA, o que renovou o vínculo do corpo docente desta ESAV com os docentes e algumas instituições acadêmicas daquele país.

Segundo Borges (1968, s/p), sob a direção de Griffing, a parte experimental tomou grande impulso, sobretudo a partir de 1938, com o “desenvolvimento de uma Estação Experimental, com um programa firmado em bases científicas, trabalhando, especialmente, com algodão e milho”. Também menciona a criação, em maio de 1939, do Departamento de Educação Rural, “que foi o primeiro a coordenar as atividades de extensão na ESAV” (Borges, 1968, s/p), que já eram desenvolvidas desde os primórdios da instituição.

A valorização das atividades práticas, do aprender fazendo, da formação de uma mentalidade técnica, pragmática, foram vetores que contribuíram para a difusão de uma ideologia da ciência e do progresso, voltada para a melhoria do homem, do animal e da semente, demonstrando que a ação pedagógica na ESAV incorporou os padrões de cultura que já vinham sendo disseminados pelos EUA, numa configuração de um tipo de “sociedade *racionalizada*, na qual a *estrutura* domina mais imediatamente as superestruturas, que são *racionalizadas* (simplificadas e em menor número)” (Gramsci, 1976, p. 382), a partir de novos padrões intelectuais e morais para forjar um novo homem, conforme o novo tipo de trabalho e de processo produtivo.

Neste sentido, Gramsci assinala o americanismo como uma filosofia que não pode ser enunciada através de fórmulas, mas por

meio da ação que, por sua vez, se caracteriza por ser um ato nem mecanicista nem de *pura ação*, e sim por uma filosofia que parte “de uma ação real que modifica essencialmente tanto o homem como a realidade exterior (a cultura real) (...), criando um futuro que é intrínseco à sua atividade objetiva e sobre o qual se prefere silenciar” (Gramsci, 1976, p. 401). Assim, este novo modelo de sociabilidade norte-americano, requeria um ambiente, uma estrutura social e um tipo de Estado em sintonia com esta racionalidade.

Guerra Fria, nova divisão do trabalho e saberes

A propagação desta racionalidade fica mais explicitada após o fim da segunda guerra mundial (1939-1945), com a necessidade de reconstrução da Europa e do Japão e vai se propagando para diversas partes do globo, no contexto da *Guerra Fria* (1945-1990). Conforme assinala Santos (2003), durante a década de 1950, os Estados Unidos lançaram diversos programas de assistência aos *países amigos*, dentre os quais o Brasil. Estes acordos de cooperação implicaram numa série de convênios firmados entre instituições públicas e privadas norte-americanas e brasileiras, por meio do intercâmbio de estudantes, pesquisadores e professores, num contexto pelo qual o americanismo foi “amplamente difundido e assimilado nos países vinculados à ordem capitalista mundial, embora para isso fosse necessário levar adiante uma verdadeira *guerra cultural*” (Falleiros et al., 2010, p. 40), para garantir a continuidade da hegemonia norte-americana nos países sob sua órbita de influência.

No contexto específico da América Latina, Falleiros et al. (2010) apontam os organismos mundiais e regionais, bem como as fundações filantrópicas norte-americanas como financiadores de projetos orientados para a implantação e consolidação de instituições científicas, voltadas para formar intelectuais capazes de disseminar, “a um só tempo, à promoção da modernização econômica como forma de contenção do comunismo, à dinamização das relações desiguais entre centro e periferia e, por fim, à extensão das relações capitalistas, em clave anglo-americano, a todo mundo livre” (Pereira apud Falleiros et al., 2010, p. 52)

No caso do ensino de agricultura, esta filosofia e este projeto civilizatório de incorporação da ciência, da indústria e da técnica para forjar uma nova sociedade no campo, ganharam mais impulso no Brasil e, particularmente, na UREMG (1948-1969), no qual emergem os Estados Unidos, por meio de ações diplomáticas, financeiras, do fomento de algumas fundações, de intercâmbios acadêmicos, de transferência de *know how*, da exportação de maquinários e de defensivos agrícolas, que trouxeram em seu bojo, a ampliação e complexificação do aparato econômico nacional brasileiro.

Tal iniciativa fez parte do processo de monopolização do capital, da modernização capitalista e do desenvolvimento de estratégias voltadas para a legitimação social e cultural da hegemonia estadunidense que, em certa medida, atenderam aos interesses de frações oligárquicas nacionais, ao mesmo tempo em que reposicionou o Brasil como país agroexportador, na divisão internacional do trabalho e na órbita de propagação do sistema capitalista, tornando-se um grande consumidor de equipamentos e implementos agrícolas (agrotóxicos) exportados pelos EUA.

Este processo que já vinha em curso no país, desde meados da década de 1940, envolveu a “redefinição do próprio significado do ensino técnico agrícola, que progressivamente se distanciou de sua dimensão escolar, assumindo o cunho de práticas extensionistas” (Mendonça, 2010, p. 140). Esta reorientação marcará a política de *cooperação* internacional norte-americana, destinada, dentre outros objetivos, a ressignificar a própria noção de *educação agrícola*, na década de 1950, que sofreu uma inflexão, perdendo espaço para as atividades de extensão e assistência técnica que acompanham a política de crédito agrícola em curso.

Para esta autora, tal ressignificação está relacionada ao discurso de um novo domínio social e geográfico, o *Terceiro Mundo* e o reconhecimento da necessidade de se combater a pobreza e a miséria nos países subdesenvolvidos, como meio de conter a possível expansão da influência comunista em diversas partes do mundo e garantir a hegemonia dos Estados Unidos no bloco capitalista. “Afirmar-se-ia como ‘verdade’ universal que o traço

principal do Terceiro Mundo era sua pobreza e que sua solução consistia no desenvolvimento econômico, abraçado com sentimento messiânico expresso, materializado na ideia de salvação” (Mendonça, 2010, p. 145).

Neste sentido, o ideal de crescimento econômico embutido neste discurso salvacionista

parecia estar ligado à fé, revitalizada, na Ciência e Tecnologia, ambas *redentoras da pobreza*. Por trás do viés humanitário e da visão positivada dessa estratégia, novas formas de poder e controle, mais sutis e refinadas, seriam perpetradas, erodindo a capacidade dos *povos pobres* definirem suas vidas e desqualificando-se, totalmente, seus próprios saberes (Mendonça, 2010, p. 148).

A retórica voltada para o combate à pobreza e à miséria se fez por meio do discurso do desenvolvimento e da modernização, que no Brasil e na América Latina começa a ser explicitado com o lançamento do Programa de Cooperação Técnica, aprovado pelo governo norte-americano, em 1949, com vistas a manter esta região sob sua área de influência, por meio de uma política de boa vizinhança e de cooperação técnica e científica. Para Noam Chomsky (1997), a execução deste programa deveria se contrapor a um nacionalismo de novo tipo que vinha ganhando adeptos em alguns países latino-americanos, que defendiam o aumento da produção para satisfazer às demandas internas de cada país. Neste sentido,

os Estados Unidos se opunham a isso veementemente, e propuseram uma estratégia econômica para o continente americano, baseada na eliminação de todas as formas de nacionalismo econômico e na insistência em que o desenvolvimento da região fosse “complementar” ao dos Estados Unidos. (Chomsky, 1997, p. 74)

Se os acordos governamentais, que materializaram esta estratégia econômica desenvolvimentista, parecem ganhar maior consistência a partir de 1950, ressalta-se que, antes disto, em dezembro de 1948, o Governo de Minas Gerais já havia firmado convênio com a *American International Association for Economic and Social Development* (AIA) e criado a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) que, em janeiro de 1949, começou

a oferecer empréstimos, assistência técnica aos pequenos agricultores e atividades de extensão sobre economia doméstica, “de modo a atingir toda a família na propriedade agrícola (...). O crédito rural supervisionado era a ferramenta usada pela ACAR para atrair e convencer os agricultores a empregar novas técnicas de produção” (Vieira, 1996, p. 47), preconizadas através de visitas domiciliares e de cursos relacionados com as tarefas domésticas. Esta associação funcionou até o ano de 1975, quando foi substituída pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG).

Ainda em janeiro de 1949, o presidente Truman, dos EUA, proferiu discurso, “cujo Ponto IV tratava da assistência técnica aos países em desenvolvimento (...), e já no contexto da *Guerra Fria*, sua proposta visava impedir o deslocamento dos países subdesenvolvidos para a órbita comunista” (Capdeville, 1991, p.96). O Brasil foi “eleito, juntamente com o México e a Venezuela, aliado preferencial dos Estados Unidos na região” (Ribeiro, 2005, p. 54) da América Latina.

Em dezembro de 1950, foi firmado o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os EUA e o Brasil, visando “o intercâmbio de conhecimentos técnicos e a cooperação em atividades correlatas que possam contribuir para um desenvolvimento equilibrado e coordenado dos recursos econômicos e da capacidade produtiva do Brasil” (Brasil, 1950, p.1), no qual o governo brasileiro se comprometia a desenvolver as atividades acordadas, executando os projetos elaborados tanto quanto lhe permitissem os recursos financeiros disponíveis, arrecadados no país ou no exterior. Ambos os governos se comprometeram a fomentar novos projetos, bem como outros acordos que poderiam ser realizados conforme os interesses e condições das instituições envolvidas e a fornecer informações sobre a execução dos projetos, programas e as providências de ajuste, incluindo dados sobre o emprego dos fundos, os materiais, equipamentos e serviços fornecidos e informações relativas à assistência técnica solicitada ou a ser solicitada de outros países e organizações internacionais (Brasil, 1950).

Outro compromisso assumido pelos governos do Brasil e dos

O pioneirismo da pós-graduação agrária na UFV

EUA neste Acordo seria o de publicar, nos respectivos países, relatórios periódicos sobre os trabalhos de assistência técnica executados, apresentando informações sobre o destino dos investimentos, dos materiais e equipamentos, assim como sobre os serviços executados. Era interesse dos EUA uma ampla publicidade sobre a colaboração entre os dois países para influenciar a sociedade a seu favor.

Para a consecução de boa parte destas ações agrícolas foi criada uma agência binacional específica, o Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano (ETA), que terá sede no Rio de Janeiro entre 1953 e 1964, ficando duplamente subordinado, tanto ao Ministério da Agricultura do Brasil, quanto ao Ministério das Relações Exteriores dos EUA. Outro convênio bilateral que entrou em vigor em 1953 foi o Acordo sobre Serviços Técnicos Especiais, que envolveu mais de cem projetos principalmente nas áreas de educação, agropecuária e administração.

A UREMG e o pioneirismo da pós-graduação em ciências agrárias no Brasil

No que concerne à UREMG, verificamos que os primeiros desdobramentos destas ações binacionais aconteceram em 1950, por meio do convênio celebrado entre o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos e o Governo do Estado de Minas Gerais, com intuito de estabelecer um programa de Extensão Rural e Economia Doméstica neste estado, conforme consta dos termos deste acordo:

O Governo dos Estados Unidos da América está preparado, dentro dos limites impostos pelos fundos disponíveis para aqueles fins, a providenciar a designação de técnicos qualificados para colaborarem com a Universidade de Minas Gerais no aperfeiçoamento de cursos de Ciências Domésticas e Métodos de Extensão Agrícola, e de um serviço de extensão no campo da Agricultura, Ciências Domésticas, Nutrição e Higiene Rural, devendo os técnicos americanos, designados para aquele fim, estabelecer-se em Viçosa, no Estado de Minas Gerais, ou em outras localidades determinadas por acordo entre as autoridades competentes do Governo do Estado de Minas Gerais e do Governo dos Estados Unidos da América (Brasil, 1951, p.1).

O acordo entrou em vigor em 29 de junho de 1951 e, em função dele, foram enviados à UREMG, em 1952, dois técnicos norte-americanos da Universidade de Purdue: a professora Anita Dickson, especialista em Economia Doméstica, que trouxe contribuições tanto para a administração da Escola Superior de Ciências Domésticas (ESCD), como para a Universidade na organização de minicursos em Economia Doméstica; e o professor Orlando Winks, que deveria trabalhar na UREMG por dois anos, no desenvolvimento de sua especialidade, em atividades de extensão rural. A gestão deste convênio ficou sob a coordenação dos professores Lynn S. Robertson, de Purdue, e Eryl Dias Brandão, da UREMG e é plausível supor que o mesmo teve consecução nos anos subsequentes, embora ainda se encontrasse em uma situação semioficial, uma vez que não existia a designação de fundos por parte do ETA para serem usados no projeto.

As atividades desenvolvidas pelo ETA no ano de 1958 consolidaram seu programa de trabalho com relação aos acordos assinados antes de 1953. O Escritório passou a colaborar com onze órgãos do Ministério da Agricultura, metade das Secretarias de Agricultura estaduais e todas as Universidades Rurais do país, influndo diretamente em atividades supostamente ligadas ao "bem-estar" das populações do campo em mais de 220 municípios (Mendonça, 2010, p. 155).

Assim, apesar do hiato de tempo para a assinatura formal entre o ETA e a UREMG, o contrato Purdue-ICA (*International Cooperation Administration*) previa que o início do projeto se daria a partir de 1º de julho de 1958. Neste sentido, seguindo este cronograma e a cláusula contida no Ponto IV, a Universidade de Purdue, que depois teve esta ação ratificada pela *United States Agency for International Development* (USAID)³, iniciou este processo com a prerrogativa de escolher a instituição brasileira, dentre as vinte faculdades de agricultura e veterinária em funcionamento naquele momento no país, que fosse mais adequada para firmar convênio

A USAID foi criada em 1961, com o propósito de reorganizar os programas de assistência econômica dos Estados Unidos aos demais países, assumindo também os programas de assistência para o desenvolvimento social, conforme Ribeiro (2005).

O pioneirismo da pós-graduação agrária na UFV

e estabelecer intercâmbios, com vistas à formação e capacitação de docentes para a educação agrícola e desenvolvimento de pesquisa e extensão em agricultura (UREMG, 1959).

Após visita à UREMG, o então Diretor da Escola de Agricultura de Purdue, Dr. Earl Butz, anunciou que a sua congênere, localizada em Viçosa, seria a escolhida para sediar o projeto e receber os auxílios e treinamentos necessários, a fim de se tornar um modelo, servindo nacionalmente como demonstração para as demais instituições de ensino superior (Magalhães, 2006, p. 100).

O ETA Projeto 55⁴ foi estabelecido como resultado de um acordo entre o Governo Brasileiro e o Governo dos Estados Unidos, devendo este último fornecer assistência técnica às Universidades Rurais do Brasil (Escolas de Agricultura, de Veterinária e de Economia Doméstica; Serviço de Extensão e de Pesquisa Agrícola). A Universidade Rural, em Viçosa, é a sede porque a ideia básica visa transformá-la em uma instituição forte, do tipo *Land-Grant College*. (ETA Projeto 55, 1962, p. 2)

com reputação na área da agricultura e determinados a desenvolver trabalhos de aprimoramento da experimentação e da pesquisa científica, conforme meta estipulada.

O plano do projeto é estabelecer a Universidade Rural de Minas Gerais como piloto ou modelo de faculdade agrária, organizada para prover serviços similares àqueles providos pelas faculdades agrárias públicas dos Estados Unidos. Essa faculdade piloto será estabelecida por meio do auxílio de uma faculdade pública nos Estados Unidos e servirá como um exemplo operante para as demais faculdades brasileiras. Professores de uma faculdade dos Estados Unidos serão delegados para trabalho na faculdade selecionada no Brasil para auxiliar no estabelecimento de uma faculdade piloto e também viajarão conforme necessário para diversas outras faculdades brasileiras, de forma a atingir os objetivos do projeto. Similarmente, representantes das diversas faculdades brasileiras serão convidados a visitar a faculdade piloto para observar suas operações, participar em discussões de mesa redonda e assistir a cursos especiais oferecidos pela faculdade piloto. O plano também é, durante o tempo útil deste acordo, oferecer treinamentos e orientação nos Estados Unidos a representantes selecionados dessa e de outras faculdades brasileiras (ETA Projeto 55, 1959, p. 1).

⁴O ETA manteve diversos projetos no Brasil e cada trabalho possuía um número de registro diferente. O de Viçosa foi o de número 55, denominado então de ETA Projeto 55.

A assinatura do convênio entre o ETA e a UREMG aconteceu no dia 5 de março de 1959, na qual foi empenhada a importância de quatro milhões de cruzeiros pelo ETA para o desenvolvimento das atividades contidas no projeto (ETA Projeto 55, 1959, p. 1). Ainda de acordo com o primeiro relatório trimestral, quatro membros da equipe da Universidade de Purdue, que estavam na cidade do Rio de Janeiro, se deslocaram para Viçosa no início do ano de 1959 para assumirem suas obrigações durante a vigência do projeto. Foram eles: Ray M. Lien, professor de Engenharia Agrícola, Homer T. Erickson⁵, professor de Horticultura, Helmut Kohnke, professor de Solos e Earline Weddle, professora de Nutrição de Plantas.

Após a chegada em Viçosa, os membros da equipe de Purdue ao mesmo tempo em que davam continuidade aos estudos sobre a língua portuguesa e familiarizavam-se com a instituição e o pessoal da UREMG, traçaram os planos preliminares para auxílio profissional, com base nos problemas encontrados. O recrutamento de outros membros para integrar a equipe no Brasil também se deu com as providências para a chegada de um especialista em laticínios e um sociólogo. Neste sentido, “o convênio permitiu a vinda a Viçosa de 54 professores visitantes americanos e de 37 consultores” (Vieira, 1996, p. 65) e o envio de professores da UREMG para treinamento nos EUA, resultando no aprimoramento da experimentação e da pesquisa nesta universidade mineira.

Para receber a vinda destes professores visitantes e consultores norte-americanos e suas famílias, a UREMG aprovou a construção de 52 casas no campus, visto que na ocasião, a cidade de Viçosa não dispunha de imóveis residenciais confortáveis para a moradia destes profissionais estrangeiros. O conjunto destas casas formou a Vila Gianetti, que também abrigou professores brasileiros.

⁵ Vale mencionar que o professor Homer Theodore Erickson participou, como membro efetivo, de todas as onze primeiras bancas de defesas de dissertação ocorridas no atual Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia da UFV.

Outro objetivo deste convênio, executado pelo Escritório Técnico de Agricultura Brasil – Estados Unidos, deu-se com a instalação em Viçosa de cursos, pioneiros no Brasil, de pós-graduação de curta duração (*lato sensu*) e de longa duração (*stricto sensu*) em ciências agrárias, entre os quais os primeiros começaram a ser ofertados a partir de março de 1960 e o segundo, a partir de 1961.

De um modo geral, os propósitos do convênio com Purdue consistiram em contribuir para reforçar o ensino secundário e superior no Brasil no setor de agricultura, ciências animais e ciências domésticas; promover o desenvolvimento mais eficiente e proveitoso de programas de pesquisa agrícola em escolas nacionais e outras instituições de pesquisa; prestar assistência na criação de um sistema mais eficaz de divulgação de informações agrícolas às populações rurais e outras; ajudar a difundir a filosofia do tipo *Land Grant College* no Brasil, e melhorar a coordenação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão; ajudar a desenvolver um reconhecimento maior por parte da opinião pública, relativamente à agricultura e ciências domésticas e à importância para a economia do país, do desenvolvimento de uma agricultura eficiente e de uma vida rural satisfatória.

Os investimentos do ETA/USAID para a modernização da agricultura no Brasil em bases capitalistas também foram difundidos em diversas outras instituições de ensino agrárias, não obstante a centralidade alcançada pela UREMG/UFV, conforme nos relata Guy Capdeville (1991, p. 93):

De fato, o Escritório Técnico de Agricultura (ETA/USAID) desempenhou importante papel, para as escolas de Agronomia e Veterinária, entre 1955 e 1968. Sua participação foi de especial importância no treinamento de professores, na aquisição de equipamentos, no desenvolvimento da pesquisa e na criação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Por meio dele estabeleceu-se intenso intercâmbio de professores e técnicos entre universidades brasileiras e norte-americanas, na área agrária. O desenvolvimento quantitativo e qualitativo dos cursos da área das ciências agrárias ocorrido na década de sessenta muito se deve às ações do Ponto IV, por meio do Projeto ETA-55.

Assim, os convênios com o ETA e a Universidade de Purdue foram decisivos para o pioneirismo da UREMG na criação de programas de pós-graduação na área das ciências agrárias (Economia Rural e, na ocasião, Olericultura) no Brasil⁶, e na implantação e difusão do modelo norte-americano, tendo em vista que os outros cursos *stricto sensu* “das universidades brasileiras seguiam o modelo europeu, concedendo a titulação sem a exigência formal de disciplinas” (Schuh, 2000, p. 102).

Além dos cursos de mestrado pioneiros, de Economia Rural (atual Economia Aplicada) e Horticultura (atual Fitotecnia), de 1961, foram criados outros dois cursos na década de 1960: os de Extensão Rural e Zootecnia. Na década de 1970, o número de cursos criados quase triplicou, totalizando quinze programas de pós-graduação *stricto sensu*, sendo doze de mestrado, com o início do funcionamento, além dos quatro já existentes, dos cursos de Ciências Agrárias (Fisiologia Vegetal), Agronomia (Fitopatologia), Agronomia (Solos e Nutrição de Plantas), Ciência e Tecnologia de Alimentos, Ciência Florestal, Engenharia Agrícola, Genética e Melhoramento e Microbiologia Agrícola, e ainda três de doutorado, com a criação dos cursos de Economia Rural, Fitotecnia e Zootecnia.

Tomando como amostra um dos cursos pioneiros, o Programa de Mestrado e Doutorado em Fitotecnia, Gouvêa (2017) contabilizou o total de vezes que cada produto agrícola foi citado nos títulos das dissertações e teses, aprovadas nos períodos de 1961 a 1980 e 1977 a 1992, respectivamente, com vistas a identificar os gêneros mais recorrentes, ressaltando que, por vezes, um mesmo título apresentava mais de um produto em sua composição. A autora analisou ao todo, 359 títulos, calculando o percentual equivalente para cada produto em relação ao total das 295 dissertações e 64 teses defendidas (Gouvêa, 2017, pp. 114-115).

⁶ Conforme consulta através da página da Plataforma Sucupira, em Dados Básicos do Programa, não há registro de criação de outro programa de Pós-Graduação em ciências agrárias, no Brasil, anterior à 1961. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/informacoes_programa/informacoesPrograma.jsf>. Acesso em: 15 out. 2016.

Considerando que, muitas vezes, a escolha do objeto de estudo das dissertações e teses está intrinsecamente relacionada à área de formação ou de investigação do professor orientador e da sua experiência em lidar com aquela cultura, à praticidade para se montar os experimentos com determinado produto ou gênero, ao tempo que o estudante tem para concluir o curso ou à empresa e ao trabalho em que estava vinculado, entendemos que tal amostragem pode indicar os gêneros mais priorizados, em termos acadêmicos.

O universo de produtos agrícolas investigados neste programa foi muito variado. De 40 produtos citados nos títulos das dissertações e teses pesquisados, merecem destaque respectivamente a cultura do feijão (14 e 28%), da soja (8 e 17%) e do milho (9 e 14%), conforme consulta ao Catálogo de Dissertações (1961-1980) e Catálogo de Teses (1977-1992) do Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia da UFV.

Não obstante o fato do gênero agrícola mais pesquisado ter sido o feijão, produto de subsistência, os dois seguintes estão muito relacionados à economia agroexportadora, visto que atualmente, o Brasil é o segundo maior produtor mundial de soja e o terceiro de milho.

Vale também destacar que dos nove primeiros matriculados, sete eram técnicos ou docentes de órgãos ou instituições públicas e dois provenientes da iniciativa privada. A taxa de abandono na primeira turma foi de 44,4%, sendo que os cinco primeiros mestres em Oleicultura da UREMG foram oriundos de quatro instituições públicas de três regiões brasileiras: Escola de Agronomia da Amazônia do Pará, Faculdade de Agronomia e Veterinária do Rio Grande do Sul, Instituto de Pesquisas Agronômicas de Pernambuco (2) e Secretaria de Estado da Produção do Pará. Nos dois decênios iniciais, este curso *stricto sensu* diplomou dezesseis estrangeiros, sendo seis peruanos, quatro venezuelanos, dois japoneses e um alemão, chinês, equatoriano, panamenho e paraguaio.

Também é na década de 1960 que a UREMG passou a receber auxílio financeiro, de maneira mais consistente, das Fundações

Ford e Rockefeller, que trouxeram muitas benfeitorias para a Universidade e contribuíram para consolidar o desenvolvimento de pesquisas e atividades de ensino e extensão, por meio da difusão da ciência, da tecnologia e da mecanização na agricultura.

A Fundação Ford pode ser caracterizada como uma agência filantrópica internacional que se institucionalizou dentro do modelo de desenvolvimento preconizado pelo governo norte-americano para os países não industrializados, nas décadas de 1950 a 1970, sendo a educação superior considerada uma atividade fundamental para os investimentos da Fundação na América Latina e no Brasil, com vistas a formar profissionais treinados em áreas consideradas estratégicas para “o estímulo à redução da pobreza e da injustiça social” (Falleiros et al., 2010, p. 52), tendo foco, sobretudo, na criação de cursos de pós-graduação. Só para a UFV, foram doados mais de 10 milhões de dólares parcelados para o investimento na pós-graduação (Anderson, 2002).

Os primeiros convênios celebrados entre a Fundação Ford e a então UREMG remontam ao ano de 1952, com a doação de 120 mil dólares destinados à construção do edifício do Instituto de Economia Rural e outros 75 mil dólares para mobiliá-lo e equipá-lo (Magalhães, 2000, p. 68). Depois, se observa novos financiamentos desta Fundação na década de 1960, conforme mencionado abaixo:

Outro exemplo é o total de 6,5 milhões de dólares concedido à Universidade de Viçosa em apenas dois financiamentos, em 1965 e em 1968, numa injeção maciça de recursos num período curto de tempo para o desenvolvimento de uma nova instituição de ensino superior voltada para a pesquisa e o ensino da agricultura (Brooke & Witoshynsky, 2002, p. 22).

Quanto ao uso dos recursos doados pela Fundação Ford, seu representante na ocasião, orienta ao então reitor da UREMG que eles somente poderiam ser gastos para fins científicos, literários, educacionais ou de caridade, e que os relatórios sobre o seu emprego, deveriam ser fornecidos anualmente, enquanto o relatório final deveria ser enviado ao representante da Fundação ao final do período da concessão, contendo demonstrações financeiras e um relato narrativo do que foi realizado com os fundos, incluindo uma

descrição dos avanços verificados em “formação docente, suplementação salarial e infraestrutura” (Carlson, 1964, p. 1).

Os recursos doados para a formação docente deveriam ser destinados ao pagamento de bolsas de estudos a professores da Universidade, para realizarem cursos de pós-graduação no Brasil e no exterior e no apoio à participação em seminários, congressos, reuniões e cursos na área da agricultura. Os valores direcionados à suplementação salarial de docentes e gestores da UREMG poderiam ser utilizados para a contratação de novos funcionários e assistentes de pesquisa (estudantes de graduação). Os gastos em infraestrutura incluíram a construção de prédios, residências, biblioteca, centros de pesquisa e laboratórios, além da aquisição de livros, jornais e periódicos. A despesa com infraestrutura foi uma exceção no acordo entre as duas instituições, já que a Fundação Ford realizava, preferencialmente, investimentos na área acadêmica dos seus donatários (Carlson, 1964).

Neste contexto, o investimento mais emblemático da Fundação Ford na então UREMG foi destinado à construção da Central de Experimentação, Pesquisa e Extensão do Triângulo Mineiro (CEPET), no município de Capinópolis, Minas Gerais, inaugurada em 22 de novembro de 1965. Situada em uma das regiões com maior potencial agropecuário e logístico do país, denominada de o *portal do cerrado*, a CEPET tinha como objetivo sediar a introdução de inovações técnico-científicas obtidas e testadas em campo pelos docentes e pesquisadores da UREMG e instituições parceiras e levar aos produtores rurais as soluções para seus problemas na atividade agropecuária (Brito, 2000, pp. 87-88).

A CEPET foi um fomento patrocinado pela Fundação Ford na UREMG/UFV, haja vista que, entre as décadas de 1960 e 1970, conforme Brooke & Witoshynsky (2002, p. 50) esta universidade recebeu mais de onze milhões de dólares, aparecendo em quinto lugar no *ranking* das instituições que mais receberam doações (em dólares) da Fundação Ford no Brasil, neste período, sendo superada apenas pelas Universidades de São Paulo e a Federal do Rio de Janeiro, a Fundação Getúlio Vargas e a Sociedade Brasileira de Instrução.

Aparentemente, a última doação efetuada pela Fundação Ford à Universidade Federal de Viçosa, na década de 1970, aconteceu em 1976, de acordo com a carta datada de 18 de outubro deste ano, enviada pelo representante da Fundação nos Estados Unidos, Dr. Willard J. Hertz, ao reitor da UFV, informando sobre o repasse de recursos até 1979:

Tenho o prazer de informar que a Fundação Ford aprovou um subsídio de US\$ 210,000 para a Universidade Federal de Viçosa para o desenvolvimento de programas de pós-graduação em economia agrícola. Esta subvenção está sendo feita em resposta à sua carta de 14 de setembro de 1976 dirigida ao Sr. Eduardo Venezian, representante da Fundação no Brasil. Ele complementa os subsídios anteriores, totalizando US\$ 467.000 em apoio a este programa. Estes termos aplicam-se à utilização, por parte da sua organização, da subvenção da Fundação: Os fundos da subvenção estarão disponíveis durante um período de três anos a contar da data da presente carta (Hertz, 1976, p. 1).

Segundo Rocha (2015), a suspensão do repasse de subsídios ocorreu em função dos problemas financeiros decorrentes da crise do petróleo de 1973⁷ e das mudanças na estratégia de atuação da Fundação, que passou a fomentar políticas para o desenvolvimento social e a consolidação das instituições democráticas, aumentando consideravelmente recursos destinados às Organizações Não Governamentais.

Já a Fundação Rockefeller, do mesmo modo que a Fundação Ford, teve papel importante na implantação e consolidação de instituições científicas na UREMG/UFV, com desdobramentos importantes na pesquisa agrícola e na difusão da chamada *revolução verde*. Aparentemente este fomento teve início em 1966, com a doação da importância de 57 mil dólares, destinados à aquisição de livros e revistas para a Biblioteca Central, à oferta de bolsas de

⁷ A chamada crise do choque do petróleo, de 1973, foi deflagrada quando os países árabes se organizaram, por meio da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), e decidiram aumentar o preço do petróleo em mais de 300%. A intenção era pressionar o mundo ocidental a apoiar os árabes contra os israelenses que ocuparam territórios palestinos, durante a guerra do *Yom Kippur*, com o apoio dos EUA.

O pioneirismo da pós-graduação agrária na UFV

estudos para professores da UREMG no exterior, financiamento do programa de melhoramento de plantas (coleta e avaliação de espécies de plantas alimentícias nativas) do Departamento de Horticultura, sede do outro programa de mestrado pioneiro, e ainda a aquisição de numerosos equipamentos, destinados à Escola Superior de Ciências Domésticas (UREMG, 1968). Conforme consta na correspondência enviada por esta Fundação, este valor seria utilizado por um período de quatro anos, iniciando-se em 1º de fevereiro de 1966 (*Rockefeller Foundation, s/d*).

Ainda no ano de 1966, graças ao apoio da Fundação Rockefeller, foi criado o Banco de Germoplasma de Hortaliças (BGH – UFV), com a finalidade de resgatar espécies nativas ou introduzidas, preservar, documentar e manter intercâmbio de germoplasmas entre as diversas regiões do Brasil. Para tanto os recursos armazenados, mediante coleta ou doação são caracterizados, avaliados e colocados à disposição da comunidade científica.

Atualmente, o BGH está localizado na Unidade de Ensino, Pesquisa e Extensão (UEPE) denominada Horta Velha, pertencente ao Departamento de Fitotecnia da UFV e possui em seu acervo mais de 8000 subamostras de hortaliças coletadas em diversas partes do país e também recebidas como doação de mais de 100 países (Gouvêa, 2017).

Encontramos diversos ofícios trocados entre dirigentes da UREMG e a Fundação Rockefeller, tratando de solicitações, orçamentos e doações concedidas à Universidade mineira, como a transcrição de ofício encaminhado pelo professor Flávio Couto, ao professor Ralph W. Richardson, desta Fundação:

Recebi sua carta de 21 de julho, que anuncia a aprovação pela Fundação do orçamento proposto para o Projeto RF 66007 "Coleta de uma Avaliação de Legumes no Brasil". Estou preparando a lista de equipamentos para ser encomendada e espero enviá-la na próxima semana. Incluo os anúncios publicados em dois jornais e vou mantê-lo informado sobre outros relatórios relacionados com a concessão. Recebi também o cheque de US \$ 5.076.000 que foi enviado ao Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, para ser descontado (Couto, 1966).

A publicidade das doações realizadas pela Fundação Rockefeller à UREMG, era vista com bons olhos por parte dos americanos, que sempre reforçavam o que podia ou não podia ser mencionado, como se verifica no ofício a seguir:

A Fundação está sempre satisfeita quando os seus relatórios são suplementados através de anúncios emitidos localmente pelos recebedores ao ser feita a concessão. Apenas se o anúncio envolve uma interpretação do propósito da Fundação ao fazer a concessão, os oficiais da Fundação solicitam que lhes seja dada a oportunidade de ver a declaração antes que ela seja distribuída. Reconhecimento à Fundação pela ajuda no financiamento de pesquisas também pode ser feito quando os resultados da pesquisa são publicados. A Fundação solicita, contudo, que ao fazerem referências públicas às concessões, os recebedores evitem qualquer implicação que a Fundação tem com qualquer controle sobre o projeto ou qualquer responsabilidade sobre seus resultados. O nome da Fundação não deve ser usado em propaganda, especialmente de livros, nem em designação de projetos, bolsas de estudos, laboratórios, ou edifícios para os quais ela contribuiu (Smith, 1966, p. 2).

A citação acima evidencia que, ao apoiar e investir na Universidade, os cientistas americanos que vieram pelo convênio USAID/Universidade de Purdue/ETA/UREMG/UFV e os gestores responsáveis pelos auxílios fomentados pelas Fundações Ford e Rockefeller, esperavam algo em troca, além da publicidade que era veiculada às doações realizadas. Havia ainda a necessidade de difundir e consolidar um modelo de ciência exata que deveria ser institucionalizada por meio da submissão de projetos a este escopo, aos interesses de modernização da agricultura preconizada pelos Estados Unidos nas décadas de 1960-1970 e à nova divisão internacional do trabalho em curso, gestada a partir de um modelo de desenvolvimento associado e dependente do meio agrário brasileiro aos países centrais do bloco capitalista.

Neste cenário, o quadro elaborado por Gouvêa (2017, p. 111) classificou 283 dissertações de mestrado apresentadas no PPG-FIT, entre 1961 e 1980, em categorias temáticas nas quais as mais recorrentes, reforçam a impressão deste alinhamento mencionado anteriormente. Assim, a temática “nutrição mineral e adubação de plantas” teve cerca de 66 dissertações ou 23,4% do total de de-

fesas, a de “manejo de solos e da água”, 53 trabalhos ou 18,7%, “melhoramento de plantas e biotecnologia” e “plantas daninhas, alelopatia, herbicidas e resíduos” tiveram 47 pesquisas ou 16,6% do total cada uma, enquanto a denominada de “técnicas culturais”, teve 37 dissertações ou o que correspondeu a 13,1% (Gouvêa, 2017, p. 112). O conjunto com menor número de incidência foram as categorias temáticas “produção e tecnologia de sementes” com 16 títulos (5,6%), “fisiologia da produção e manejo pós-colheita de produtos agrícolas”, com 10 dissertações (3,5%) e “propagação vegetativa de plantas e cultura de tecidos”, com 7 dissertações (2,5%).

Considerações finais

Mediante o exposto em diferentes partes desta narrativa, ficam evidenciadas as razões de ordem histórica e institucional que sedimentaram o ensino superior em agricultura na UFV e o seu vínculo com o *americanismo* desde os seus primórdios, enquanto escola superior isolada (ESAV), que tiveram influência no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, que ganha vigor com o advento da UREMG em 1948. Estas razões, por sua vez, permitem identificar os motivos da instalação da primeira pós-graduação *stricto sensu* brasileira, na área das ciências agrárias e suas contribuições no processo de gestação e implantação da chamada *revolução verde*, no período entre 1958 e 1973, a partir das pesquisas e experimentos que vão sendo (re)produzidos nesta UFV, graças aos suportes financeiro, técnico e tecnológico dados por órgãos, instituições e agências internacionais, sobretudo de origem norte-americanas, neste campo de conhecimento e nesta universidade brasileira.

Ao propiciar condições financeiras e culturais, os acordos firmados possibilitaram à UFV difundir novas técnicas e saberes que potencializaram a modernização conservadora da agricultura, através da política de crédito e de assistência técnica (extensão), na qual as universidades rurais brasileiras tiveram um papel importante. Neste sentido, a UREMG/UFV ganhou a primazia, sobre-

tudo no que se refere aos cursos *Master of Science*, criados em 1961, em virtude dos convênios com a Universidade de Purdue, nos quais professores estadunidenses puderam vir para esta universidade brasileira desenvolver pesquisas e disseminar conhecimentos, tornando-a uma instituição modelo, irradiando valores e saberes que são repassados para docentes e técnicos de outras instituições de ensino e pesquisa, e órgãos nacionais e estrangeiros de agricultura.

De outro lado, os indicadores de produção acadêmica, inferidos a partir de uma pequena amostra da origem institucional dos matriculados da primeira turma, do índice de abandono dos mestrandos ao longo do primeiro decênio, dos produtos agrícolas e das categorias temáticas mais mencionadas nos títulos de dissertações e teses apresentados no programa de pós-graduação pioneiro em ciências agrárias no Brasil, somados ao relato das benfeitoras e da centralidade desta universidade rural para a modernização do ensino, pesquisa e extensão agropecuária brasileira, nos moldes das diretrizes e da ação de cooperação empreendidas por diferentes instituições e agências dos EUA, com vistas a implantar as sementes de seu projeto hegemônico, permite-nos depreender, em parte, como se deu historicamente, os condicionantes da política econômica, social e cultural no meio rural brasileiro, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970.

Referências

- Anderson, A. B. (2002). Da Produção Agrícola ao Desenvolvimento Sustentável. In N. Brooke & M. Witoshynsky (orgs.). *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil, uma parceria para a mudança social*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo/Fundação Ford.
- Autor (2005).
- Borges, J. M. (1968). *Escola Superior de Agricultura: origem – desenvolvimento – atualidade*. Viçosa-MG, Imprensa Universitária da UREMG, s/n.
- Brasil. (1950). Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e os Estados Unidos de 19 de dezembro de 1950. Disponível em <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1950/b_39/> Acesso em 24 de Outubro de 2016.

O pioneirismo da pós-graduação agrária na UFV

- Brasil. (1951). Ministério das Relações Exteriores. Sistema Consular Integrado - Atos Internacionais. Disponível em: < http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1951/b_27/at_download/arquivo > Acesso em 24 de outubro de 2016.
- Brito, S. A. (2006). Central de Experimentação, Pesquisa e Extensão do Triângulo Mineiro-CEPET. In J. M. Borges.; G. S. Sabioni & G. F. P. Magalhães. *A Universidade Federal de Viçosa no Século XX*. 2ª Edição. Viçosa: Editora UFV.
- Brooke, N. & Witoshynsky, M. (org.). (2002). *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social*. São Paulo: EDUSP.
- Capdeville, G. (1991). *O ensino superior agrícola no Brasil*. Viçosa: Imprensa Universitária.
- Carlson, R. E. (1964). *Carta enviada pelo representante da Fundação Ford*, ao reitor da UREMG na ocasião, o professor Dr. Edson Postch de Magalhães, em 16 de novembro de 1964. Arquivo Central e Histórico da UFV (ACH/UFV).
- Chomsky, N. (1997). *Segredos, mentiras e democracia*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília.
- Couto, F. A. D'A. (1966). [Ofício nº 671/66], 10 ago. 1966, Viçosa [para] Ralph W. Richardson. New York. 1f.
- ETA Projeto 55. (1959). *Primeiro Relatório Trimestral – Programa Agrícola Purdue/Brasil - 1º de janeiro a 31 de março de 1959*. UREMG, Viçosa-MG. Arquivo Central e Histórico da UFV.
- ETA Projeto 55. (1962) Objetivos e Realizações. *Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1962*. UREMG, Viçosa-MG. Arquivo Central e Histórico da UFV.
- Falleiros, I. Pronko, M. A. & Oliveira, M. T. C. de. (2010). Fundamentos históricos da formação/atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia. In L. M. W. Neves (Org) et al. *Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo, Xamã, p. 40.
- Gouvêa, T. G. (2017). *Os primórdios da pós-graduação em Fitotecnia na UFV: memórias do programa pioneiro no Brasil*. Dissertação de Mestrado. PPGH/UFV. Viçosa, MG.
- Gramsci, A. (1976). *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.
- Hertz, W. J. (1976). Carta enviada pelo então secretário assistente da Fundação Ford ao Reitor da UFV na ocasião Antônio Fagundes de Sousa, em 18 de outubro de 1976. Fonte: ACH/UFV.

- Magalhães, E. P. (2006). Fatos Históricos. In J. M. Borges, G. S. Sabioni & G. F. P. Magalhães. *A Universidade Federal de Viçosa no Século XX*. 2ª Edição. Viçosa: Editora UFV.
- Mendonça, S. R. (2010). Ensino agrícola e influência norte-americana no Brasil (1945-1961). *Tempo* [online], vol.15, n.29, p. 140.
- Ribeiro, M. G. M. Educação Superior e Cooperação Internacional: o caso da UREMG (1948-1969). In: *VII Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana, 2005*, Quito. Universidad Andina Simon Bolívar, p. 50-63.
- Rocha, E. S. S. (2015). *A Fundação Ford e o Fomento para Instituições Estratégicas e Lideranças Acadêmicas no Brasil: Análise sobre a parceria com a Fundação Getúlio Vargas*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas/São Paulo.
- Rockefeller Foundation. (Sem data). Ofício RF 66007. Fundação Rockefeller, New York [para] MAGALHÃES, E. P. Viçosa, MG. 2f. *ACH-UFV*.
- Rolfs, P. H. (nov de 1928). *Ensino Agrícola Mineiro e Brasileiro*. II Conferência Nacional de Educação. Belo Horizonte, MG.
- Santos, C. M. (2003). Tradições e contradições da Pós-graduação no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, São Paulo, v. 24, p. 627-641. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v24n83/a16v2483.pdf>>. Acesso em 24 out. 2016.
- Schuh, G. E. (2006). Cooperação Internacional e Desenvolvimento Institucional: benefícios mútuos. In J. M. Borges.; G. S. Sabioni & G. F. P. Magalhães. *A Universidade Federal de Viçosa no Século XX*. 1ª Edição. Viçosa: Editora UFV.
- Smith, K. Jr. (1966). [Ofício], New York [para] MAGALHÃES, E. P. Viçosa. 2f. *Política com respeito aos anúncios e concessões*. ACH-UFV, p. 2.
- UREMG. (1968). *Informativo*. Viçosa, 05 de março de 1968. Fonte: ACH/UFV.
- UREMG. (1959). *Acordo de Projeto entre a Universidade de Purdue e a UREMG*. Arquivo Central e Histórico da UFV, p. 2-9.
- UFV. *Notícias*. Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?codNot=8581&link=portal>. Acesso em 31 de março de 2020.
- Vieira, C. (1996). *O Feijão e Eu – Memórias de um ex-aluno da ESAV*. Viçosa: Imprensa Universitária, p. 47.